# Novos Caminhos

3

Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte

Dezembro de 1983



A AMEAÇA DA DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA

AS CONSEQUÊNCIAS DO ARROCHO SALARIAL PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO

A CAMPANHA SALARIAL DOS PROFESSORES

## ÍNDICE

EDITORIAL

OS CREDORES INTERNOS ..... pg.05

NÃO DÁ PARA SER FELIZ ..... pg.07

CARTAS DA ANDES À MINISTRA E AOS PARLAMENTARES .. pg. 12

TABELAS ..... pg 15

**NOVOS CAMINHOS**

*Nº 3 Novembro 1983*

*Publicação da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte – APUBH*
**Endereço:** *Avenida Álvares Cabral, 211 – Sala 1502*
*Centro – Belo Horizonte – Telefone: 201-9470*

**DIRETORIA**

*Luiz Pompeu de Campos (Presidente);*
*Rodolfo Braga Almeida (1º Vice-Presidente);*
*Ana Viegas (2º Vice-Presidente);*
*Nilcéia Moraleida Gomes (1º Secretário);*
*Lucília Regina Machado (2º Secretário);*
*Arnaldo Afonso Barbosa (1º Tesoureiro);*
*Evanise Miranda Novaes (2º Tesoureiro).*

**SUPLENTES**

*Olga Baeta Henriques*
*Paulo dos Reis Correa*

**EDIÇÃO**

*José Maria Braga*
*Izabel Regina Zólio*

**MONTAGEM E ARTE FINAL**

*Ferruccio Verdolin Filho*

**COLABORARAM NESTE NÚMERO**

*Margarida Vieira,*
*Nilcéia Moraleida Gomes,*
*Heloisa Starling*
*João Heraldo Lima*

**Composição:** *Publicações Oficiais – Tel.: 222-9467*
**Impressão:** *Sinttel-MG – Tel.: 201-0933*
**Tiragem desta edição:** *2 mil exemplares*

*Distribuição gratuita para os associados*

# EDITORIAL

*Com a publicação Novos Caminhos nº 3, a APUBH pretende enfocar, em especial, dois temas diretamente vinculados às condições de trabalho dos professores na universidade: a situação atual de nossos salários e a questão da dívida pública, diante da qual o governo brasileiro toma uma série de resoluções ligadas aos gastos estatais, que afetam diretamente a vida da universidade pública e a remuneração de seus funcionários.*

*No momento atual estes problemas preocupam-nos enormemente; já sensíveis na nossa vida acadêmica, nesta altura do ano e a partir das perspectivas apontadas para 1984, as conseqüências do arrocho salarial do funcionalismo público. Em muitos departamentos crescem os pedidos de afastamento de professores, de redução do regime de trabalho de 40 para 20 hs., o desestímulo às atividades da universidade. A situação é ainda mais grave se avaliarmos o quadro dos funcionários técnico-administrativos, no qual a maioria recebe salários correspondentes ao salário mínimo em vigor. Deste ponto de vista, a crise do ensino gerada pelo arrocho salarial é ainda agravada pela redução dos fundos destinados à pesquisa e à extensão. A situação aponta para a universidade um quadro de graves proporções que só tende a piorar, diante das reais perspectivas econômicas do país.*

*Por outro lado, o crescimento da dívida externa e o tratamento dado a ela pelo governo tem significado uma brutal transferência de renda no conjunto do país, da maioria da população para os credores do estado. A parcela da riqueza criada no país, que é captada pelo estado vem sendo sistematicamente transferida atraves da dívida pública, para as mãos do sistema financeiro e das multinacionais, enquanto os benefícios gerados pelos gastos sociais do poder público são cortados e reduzidos.*

*O economista Celso Furtado alerta a atenção para o fato de que o governo trata o déficit público com o corte profundo dos chamados "gastos operaciojais" que mantém funcionando empresas públicas, autarquias, etc., mas nada faz em relação à especulação com títulos da dívida pública, que constitui o mecanismo principal do endividamento. Este tratamento de choque é o responsável pelo achatamento de nossos salários nesse ano e no próximo, pelos cortes nas verbas destinadas à educação, ao sistema previdenciário, às estatais, etc.*

***A APUBH publica estes artigos com o objetivo de subsidiar nossa campanha salarial deste ano, mas também procurando promover a discussão política da situação do país entre os professores, a qual está exigindo neste momento, a entrada no debate e a mobilização de todos os setores alijados das decisões e prejudicados pelo caráter das medidas adotadas.***

# OS CREDORES INTERNOS * *

**João Heraldo Lima ***

O problema da dívida externa é o tema dominante de debate econômico há mais de um ano. É natural que assim seja, pois o pagamento da dívida vem se constituindo no principal condicionante da política econômica brasileira, afetando diretamente a vida de todos nós. Excetuado o Governo e alguns poucos segmentos econômicos, há praticamente unanimidade nacional quanto ao fato de que uma agenda mínima para combater a presente crise deve, necessariamente, começar por uma ampla e profunda reformulação na condução das negociações externas. Já faz um ano que a dívida do país vem sendo renegociada. E já faz um ano que assistimos a um impressionante espetáculo de reincidência no erro. A cada nova rodada de entendimentos com os credores externos, o Governo insiste, arrogantemente, que a renegociação é competente e definitiva, enquanto todos nós sabemos que é incompetente e definitivamente provisória.

Mas a situação à qual o Brasil foi levado é tão grave que não são apenas os credores externos que representam problema para nós. Os credores internos também constituem uma grave ameaça para o país. É mais do que chegada a hora de desviarmos um pouco a nossa atenção para o que se passa com a dívida pública interna, pois, como veremos a seguir, é estarrecedor o que ali acontece.

A dívida pública será aqui entendida de uma maneira mais ampla. Englobará, além dos títulos públicos, os depósitos em moeda estrangeira (ao abrigo da Resolução 482) no Banco Central. Este procedimento é perfeitamente justificável, uma vez que estamos inteessados em determinar a totalidade das obrigações das autoridades monetárias e não apenas a dívida expressa em títulos. Como se sabe, os depósitos em moeda estrangeira no Banco Central constituíram-se, nos últimos anos, em forte estímulo à entrada de empréstimos externos sem o incômodo risco cambial, que ficava a cargo do Governo.

Para se ter uma idéia da magnitude dos valores envolvidos na questão da dívida interna, vejamos os seguintes dados. Em dezembro de 82 ela andava por volta de 10 trilhões de cruzeiros, sendo 7,8 trilhões em títulos e 2,2 trilhões em depósitos no Banco Central. Em agosto de 83, já ultrapassava 24 trilhões de cruzeiros, sendo que a parcela em títulos atingia 18 trilhões e os depósitos, 6,2 trilhões. Sob qualquer ângulo que sejam examinados, estes números são absolutamente monumentais. Ao câmbio atual, a dívida em agosto correspondia a cerca de 31 bilhões de dólares, ou seja, quase um terço da dívida externa brasileira.

Mas isto não é tudo. A velocidade de crescimento da dívida é que é o mais alarmante. Tal fato se deve, sobretudo, à maneira pela qual ela se acha estruturada. Em números aproximados, a composição atual da divída é a seguite:

---

* *Professor do Cedeplar e da Face – UFMG*

** *O artigo do Professor João Heraldo foi originalmente publicado no* **Diário do Comércio,** *em 20 de outubro de 1983.*

| | Cr$/Trilhões |
|---|---|
| ORTN cambial | 13.1 |
| ORTN monetária | 2.6 |
| LTN | 2.3 |
| Depósito B. Central | 6.2 |
| TOTAL | 24.2 |

Os números acima indicam que grande parcela da dívida em títulos (87%, aproximadamente) é composta de ORTN. Ocorre, entretanto, que a maior parte destes títulos (quase 84% deles) está denominada em dólar (as famosas OR cambiais). Se considerarmos ainda os depósitos no Banco Central, que também são expressos em dólar, podemos ver que quase 80% das obrigações são corrigidos pela correção cambial, o que equivale dizer que andam custando aos cofres do governo algo como 250% ao ano.

Este elevadíssimo patamar de custos financeiros se irradia para todos os outros segmentos do mercado, forçando uma alta generalizada da taxa de juros. Com efeito, desde o início de julho o Banco Central vem tentando substituir as posições de OR cambiais por LTN's (papel de curto prazo com vencimento de 180 dias). Todavia, o mercado não está absorvendo esta manobra. Como conseqüência, o Banco Central se vê obrigado a ofertar altos deságios sobre o valor "de face" do papel na tentativa de equiparar sua rentabilidade à das OR cambiais. O resultado disto é que a totalidade da dívida, e não apenas aquela parcela denominada em dólar, passa a custar 250% ao ano.

A evolução vertiginosa da dívida interna acarreta uma não menos vertiginosa transferência de renda para os credores internos. Em dezembro de 82 a dívida correspondia, aproximadamente, a 20% do PIB e, a julgar pelo ritmo de sua evolução atual, poderá chegar, no final do ano, arepresentar 25% do PIB. Estes números constituem uma eloqüente demonstração de que nem todos perdem com a crise.

No momento em que se discute como repartir de forma mais justa os sacrifícios decorrentes de um programa de ajustamento econômico, não se pode deixar de lado o problema da dívida interna. Os detentores de mais de 90% dos títulos públicos e depósitos no Banco Central são o sistema financeiro e as multinacionais, segmentos econômicos suficientemente sólidos para poderem de fato arcar com parcela significativa da política de combate à crise. Nada justifica que os credores internos sejam poupados enquanto a classe trabalhadora é ameaçada com medidas altamente injustas.



# NÃO DÁ PRÁ SER FELIZ

**Margarida Vieira (Guida) ***
**Nilcéia Moraleida Gomes ***

Em anos anteriores, *para* fazer a campanha salarial, bastava-nos mostrar a queda de nossos salários em relação à inflação, aos índices do custo de vida ou aos reajustes do salário mínimo. Com base nestes indicadores o movimento docente definia os índices de reposição salarial. As campanhas tinham como tônica a reposição, como método a mobilização e pressão sobre o MEC e como arma a greve.

Por duas vezes (1980, 1981) obtivemos vitórias expressivas que, apesar de não alcançarem o índice proposto, representaram ganhos com relação aos reajutes do conjunto do funcionalismo. Na greve de 1982 não obtivemos nenhum ganho salarial e fomos reajustados com as perdas comuns ao funcionalismo público.

Nos defrontamos, em 1983, com uma situação mais complexa para desenvolver a campanha salarial. Em primeiro lugar, a crise que não estava tão visível no período eleitoral se tornou mais clara e se realçou. Em segundo lugar, se aprofundou também a subordinação do governo brasileiro à política de recessão do FMI. Em terceiro lugar cresceram os índices de desemprego e o número de desempregados. Em quarto lugar, ampliou-se o contigente de miseráveis na sociedade brasileira (Segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios do IBGE, 15,6% da população ativa recebia 1/2 salário mínimo em 1981. Em 1982, 20,1% da população ativa recebia 1/2 salário mínimo.) Em quinto lugar a atenção da sociedade se voltou fundamentalmente para defender o salário dos trabalhadores contra as investidas da política econômica (Decretos sucessivos 2012, 2024, 2045, 2064, 2065...)

A partir destas considerações, para desenvolver nossa campanha salarial, temos obstáculos muito mais sérios que situaríamos nos seguintes níveis:

a) – A nível do governo cada vez mais submisso às determinações do FMI, tendendo a exigir uma pressão muito maior pra negociar reajustes salariais. Neste sentido o Movimento docente tem procurado estreitar os laços com o funcionalismo público e com os trabalhadores, em geral para obter maior força de pressão. Além disso, tem-se colocado a questão de que, mais que nunca, a própria questão salarial exige a luta política, a transformação a nível do poder no Estado para que possa dar passagem às demandas legítimas dos trabalhadores.

b) – A nível da sociedade cria-se uma mitologia de que, como o desemprego amplia-se, o importante é manter o emprego e não reivindicar melhorias salariais.

c) – A nível dos docentes, desenvolvem-se paralelamente um sentimento de impotência e um sentimento de culpa (não estamos comendo calango).

Diante deste quadro difícil para a mobilização, cresce uma ansiedade e revolta muito grandes quanto aos salários recebidos e uma perspectiva aterradora quanto a 1984. Soluções individuais se sucedem (retirada da situação de dedicação exclusiva, transferência para 20 hs., suspensão de contratos, etc.). É evidente que, além das conseqüências

* *Professoras do Departamento de Ciência Política da UFMG*

a nível de cada professor, a situação salarial produz conseqüências graves quanto ao próprio trabalho da universidade. Como enfrentar este problema?

Neste artigo tentaremos mostrar, através de dados coletados e organizados pela professora Vanda Maria Paranhos, da Universidade do Paraná-PR, a situação salarial dos docentes das universidades autárquicas com relação ao crescimento do índice do custo de vida, dos reajustes do salário mínimo, do funcionalismo civil e militar.

**TABELA 1:** *Índices acumulados de aumentos de salários, soldo base e custo de vida, com base nas médias dos períodos*

| ANO | CUSTO DE VIDA (RJ) | SALÁRIO MÍNIMO (RJ) | FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | MILITAR | FUNCIONALISMO CIVIL | |
| | | | | GERAL | DOCENTES |
| 1970 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1971 | 120 | 120 | 120 | 120 | 120 |
| 1972 | 140 | 143 | 144 | 144 | 144 |
| 1973 | 157 | 166 | 166 | 166 | 166 |
| 1974 | 201 | 184 | 199 | 199 | 199 |
| 1975 | 260 | 260 | 259 | 259 | 259 |
| 1976 | 368 | 375 | 461 | 337 | 337 |
| 1977 | 529 | 540 | 599 | 438 | 438 |
| 1978 | 734 | 761 | 827 | 604 | 604 |
| 1979 | 1.120 | 1.043 | 1.158 | 846 | 846 |
| 1980 | 2.048 | 1.950 | 1.959 | 1.279 | 1.279 |
| 1981 | 4.210 | 3.955 | 3.896 | 2.255 | 2.637 |
| 1982 | 8.335 | 7.868 | 7.909 | 4.275 | 6.292 |
| 1983(até junho) | 14.846 | 13.257 | 14.232 | 6.946 | 10.223 |

FONTE: *Wanda Maria M. R. Paranhos in: Comparação entre Reajustes de Salários e Aumentos da ORTN e do Custo de Vida. Fontes primárias: Lex, Diário Oficial da União, e Conjuntura Econômica*

*(Retiramos os dados sobre ORTN do quadro por não nos interessar nesta análise).*

Os dados da tabela acima falam por si. Apenas para sintetizar podemos observar:

a) – dentro do funcionalismo público, os militares conseguiram manter o reajuste do salário em todo o período de 1970/1983 bem próximo ao do cerscimento do índice do Custo de vida. Em alguns momentos ligeiramente acima em outros ligeiramente abaixo.

Com relação ao funcionalismo civil é a partir de 1976 que passam os militares a terem reajustes diferenciados. (Neste ano os militares foram reajustados em 78%, o funcionalismo civil em 30% frente ao custo de vida de 42%).

Entre 1977/79, os percentuais de reajuste são os mesmos mantendo-se portanto a diferença adquirida pelos militares com relação aos civis. Entre 1980/83 os reajustes dos militares são sempre superiores aos dos civis e inclusive com publicação de decretos-lei independentes que alteraram o valor do saldo básico sobre o qual o reajuste do salário incidiria. (Tabela 2 – Soldo básico do funcionalismo público federal militar).

**TABELA 2:** *Soldo-base do funcionalismo público federal militar*

| *Ano* | *Valor do Soldo-base* | *Fixado pelo Decreto-Lei* | *Reajuste* | *Autorizado pelo Decreto-Lei* | *resultado* | *% Real de Reajuste* | *Índice* |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| *1970* | *1.521,00* | *728/69* | *20* | *1073/69* | *1.824,30* | – | *100* |
| *1971* | *1.824,30* | – | *20* | *1150/71* | *2.190,00* | *20* | *120* |
| *1972* | *2.190,00* | – | *20* | *1202/72* | *2.628,00* | *20* | *144* |
| *1973* | *3.153,00* | *1249/72* | *15* | *1256/73* | *3.625,00* | *15* | *166* |
| *1974* | *3.625,00* | – | *20* | *1313/74* | *4.351,00* | *20* | *199* |
| *1975* | *4.351,00* | – | *30* | *1348/74* | *5.656,00* | *30* | *259* |
| *1976* | *10.080,00* | *1448/76* | – | – | *10.080,00* | *78* | *461* |
| *1977* | *13.110,00* | *1526/77* | – | – | *13.110,00* | *30* | *599* |
| *1978* | *18.090,00* | *1603/78* | – | – | *18.090,00* | *38* | *827* |
| *1979* | *25.326,00* | *1659/79* | – | – | *25.326,00* | *40* | *1158* |
| *1980* | *28.365,00* | *1747/79* | *25 (jan.)* | *1731/79* | *35.456,00* | *40* | *1621* |
| | *35.456,00* | – | *25 (mar.)* | *1731/79* | *44.320,00* | *25* | *2026* |
| *1981* | *49.995,00* | *1824/80* | *35 (jan.)* | *1819/80* | *67.493,00* | *52* | *3080* |
| | *67.493,00* | – | *35 (abr.)* | *1819/80* | *91.115,00* | *35* | *4158* |
| *1982* | *102.960,00* | *1901/81* | *40 (jan.)* | *1901/81* | *144.144,00* | *58* | *6570* |
| | *144.144,00* | – | *30 (mai.)* | *1901/81* | *187.387,00* | *30* | *8541* |
| *1983* | *211.746,00* | *1992/82* | *40 (jan.)* | *1983/82* | *296.444,00* | *58* | *13494* |
| | | | *30 (jun.)* | *1983/82* | *385.377,00* | *30* | *17.542* |

Em suma esse segmento do funcionalismo público (os militares) não teve perda de poder aquisitivo ao longo do período de 1970/83. É importante salientar que trabalhadores apenas com o soldo-base que é apenas um referencial do salário. Os rendimentos dos militares incluem muitos outros acréscimos.

b) – O funcionalismo civil em geral, a partir de 1974 foi perdendo na relação salário/custo de vida de forma constante e cada vez mais acentuada, chegando em 1983 a situar sua perda de poder aquisitivo em mais de 50% com relação a 1970. Perdeu também constantemente, inclusive para o salário mínimo a partir de 1975.

c) – Além disso, observando-se a tabela 3 (Salários do funcionalismo público federal civil) é interessante notar que de ano a ano o reajuste anual é parcelado com uma maior diferença de meses (1980: janeiro/março; 1981: janeiro/abril; 1982: janeiro/maio; 1983: janeiro/junho) o que faz com que suas perdas se tornem maiores.

É tão incrível a situação que dentro de uma economia em que o reajuste dos trabalhadores no setor privado se dá semestralmente, o dos funcionários públicos se dá anualmente em duas parcelas semestrais!

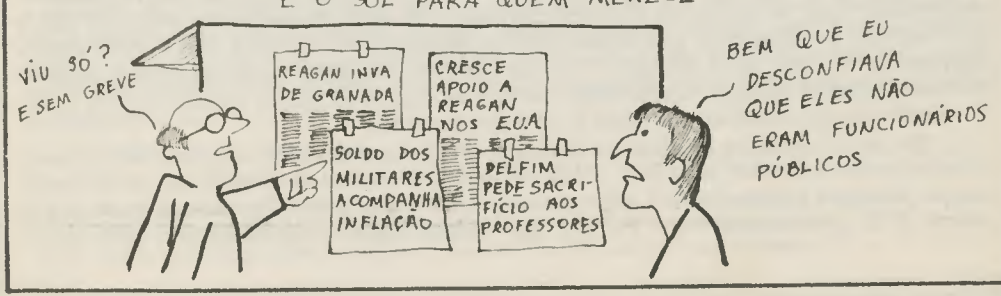


**TABELA 3:** *Salários do funcionalismo público federal civil*

| *ANOS* | *DECRETO-LEI* | *% REAJUSTE* | *GERAL* | *ÍNDICES DOCENTES* |
|---|---|---|---|---|
| *1970* | *1073/70* | – | *100* | *100* |
| *1971* | *1150/71* | *20* | *120* | *120* |
| *1972* | *1202/72* | *20* | *144* | *144* |
| *1973* | *1256/73* | *15* | *166* | *166* |
| *1974* | *1313/74* | *20* | *199* | *199* |
| *1975* | *1348/75* | *30* | *259* | *259* |
| *1976* | *1445/76* | *30* | *337* | *337* |
| *1977* | *1525/77* | *30* | *438* | *438* |
| *1978* | *1604/78* | *38* | *604* | *604* |
| *1979* | *1660/79* | *40* | *846* | *846* |
| *1980 jan.* | *1732/79* | *25* | *1058* | *1058* |
| *mar.* | *1732/79* | *25* | *1323* | *1323* |
| *1981 jan.* | *1820/80* | *35* | *1786* | *2729 ** |
| *abr.* | *1820/80* | *35* | *2411* | *2729 ** |
| *1982 jan.* | *1902/81* | *40* | *3375* | *4967 *** |
| *mai.* | *1902/81* | *40* | *4725* | *6954 *** |
| *1983 jan.* | *1983/82* | *40* | *6615* | *9736* |
| *jun.* | *1983/82* | *30* | *8600* | *12657* |

* *Os salários do pessoal docente das autarquias federais ficaram estabelecidos pelo decreto 85.487/80 e foram reajustados pelo decreto-lei 1820/80. Em relação ao salário de 1980, o acréscimo foi de 106,3% (dados constantes à página 14 do documento divulgado pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz em 25.11.1982).*

** *Em janeiro de 1982, os salários dos docentes tiveram correção de 30% (negociada com o então Ministro Rubem Ludwig em novembro de 1981); sobre o valor corrigido incidiram os percentauis de reajustes determinados pelo decreto-lei 1902/81 para todo o funcionalismo público federal.*

d) – com relação aos docentes, dentro do funcionalismo público federal, somente conseguiram com as greves de 1980/81 aproximar-se mais do índice de custo de vida e neste sentido perder menos que os funcionários públicos civis em geral. Mas mesmo assim é interessante ver que, se os docentes tivessem recebido, naqueles anos, os mesmos reajustes do funcionalismo público, teríam hoje quase 50% menos de poder aquisitivo (vide tabela 1 – índices do funcionalismo público geral e dos docentes).

Por outro lado, os professores das universidades autárquidas têm constado, desde a introdução dos reajustes semestrais sobre os salários, a enorme defasagem que vai se constituindo entre sua remuneração e a dos professores das fundações. No momento atual, essa relação é de aproximadamente metade dos salários vigentes nas fundações, pelo mesmo

trabalho e com a mesma estrutura de carreira. Dados levantados pela APUBH, mostram que, enquanto a remuneração de um professor auxiliar por 40 hs. e dedicação exclusiva na UFMG é atualmente Cr$ 284.449,00 (•), na Universidade Federal de Ouro Preto, este professor recebe Cr$ 559.000,00 mensais (••), o professor asistente, no mesmo regime de trabalho, ganha na UFMG Cr$ 385.870,00 e UFOP Cr$ 751.000,00; o professor adjunto na UFMG recebe Cr$ 525.507,00, enquanto na UFOP, ganha entre Cr$ 900.000,00 a Cr$ 950.000,00 (•••) e o professor titular, Cr$ 649.198,00 na UFMG e cerca de Cr$ 1.040.000,00 (•••) na UFOP.

A própria Ministra da Educação reconheceu o peso desta defasagem e tem falado em equiparação. Porém, é importante lembrar que o Movimento docente tem reivindicado ao longo dos últimos anos a equiparação salarial às fundações, partindo do princípio de que à trabalho igual deve corresponder salário igual, mas tem rejeitado sistematicamente a proposta de transformação de autarquias em fundações, defendida pelo MEC, particularmente com o agravamento da crise do país.

## AS PROPOSTAS DO MOVIMENTO DOCENTE FACE À NOSSA SITUAÇÃO SALARIAL

Durante o ano de 1983, em conseqüência da idéia de que era necessária uma pressão mais forte e ampla sobre o governo para conseguir alterar a política salarial, o movimento docente buscou, através de suas entidades locais e da ANDES, a unificação com o Movimento do funcionalismo federal e, mesmo com o movimento geral dos trabalhadores. No entanto, no último CONAD a avaliação feita nacionalmente pela AD's e pela ANDES admitia que, apesar da justeza da proposta de unificação, era preciso considerar os níveis extremamentes diferenciados de mobilização e organização dentro das diversas categorias do funcionalismo, e mesmo entre estados e regiões do País. Em conseqüência, setores que já tinham um grau maior de organização e experiência de lutas, como os professores universitários, os funcionários da Previdência e os servidores das universidades, ainda assim de forma diversificada, dependendo da região do País, tendiam a ficar um pouco desmoralizados, à espera das articulações gerais.

Diante destas constatações é que a ANDES propos a retomada da mobilização entre os professores, e a utilização de formas de pressão específicas, ainda que não se abandonasse as formas unificadas. No momento atual, face ao quadro traçado do início desta análise, verifica-se um grande esvaziamento da própria campanha salarial, se a compararmos aos três últimos anos. Mas, mesmo diante de tantas dificuldades, é fundamental marcar a presença do movimento docente em todas as instâncias, pela elevação do índice salarial a ser decretado pelo governo. Neste sentido, outras vias imediatas de pressão são propostas, como a pressão junto ao congresso e aos parlamentares locais, e junto aos reitores, procurando fazer com que o CRUB se manifeste face à situação atual favoravelmente às nossas reivindicações.

---

*(•) Em cada classe na UFMG, o valor citado refere-se ao nível 1 e ao maior valor do salário.*
*(••) Não existe progressão horizontal na UFOP.*
*(•••) Nestas duas classes, não conseguimos levantar o valor exato dos salários pagos.*

# CARTAS DA ANDES À MINISTRA DA EDUCAÇÃO E AOS PARLAMENTARES

*A Andes enviou uma carta à Ministra da Educação (25 de outubro), e outra aos parlamentares (27 de outubro), expondo a situação dos funcionários e dos professores, e pedindo providências e apoio nas negociações com o governo. Segue-se a íntegra dos dois documentos.*

"Senhora Ministra:

Em documento entregue a V.Exa. na audiência concedida à ANDES no dia 05 de setembro último, manifestamos nossa preocupação com a acelerada deteriorização do salário nas universidades federais autárquicas, o que, aliado às verbas decrescentes, ameaça sua própria sobrevivência acadêmica. Ouvimos naquela ocasião de V.Exa. que este era o problema mais grave de todos tratados, e que se empenharia em resolvê-lo porque reconhecia ser inadmissível que os salários nas autarquias sejam iguais a metade daqueles pagos nas IESs fundações.

Posteriormente, encaminhamos ao MEC, por ofício, as reivindicações deliberadas no IIº Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais, cujos reajustes salariais incluem os professores das autarquias federais.

Até agora não sabemos qual a solução que será data a este angustiante problema que exige a maior urgência. No dia 25 de outubro houve manifestação de desagrado contra a política econômica e salarial em várias universidades, chegando em algumas a haver paralização das aulas.

Reiteramos a V.Exa. a nossa preocupação com o tratamento de gritante injustiça dispensado pelo governo aos seus servidores. Além de desprovidos de reajuste semestral e recebendo a segunda parcela do reajuste com atraso cada vez maior, não tem seus salários corrigidos com base no INPC como todos os assalariados, mais na previsão da inflação para o ano seguinte e na avaliação preliminar da disponibilidade orçamentária. Ressaltamos que é esse tratamento diferenciado que levou ao distanciamento entre os salários em vigor nas autarquias e fundações, lembrando que já em dezembro de 1981, o Presidente da República em exercício, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, emitiu orientação no sentido de que essa distância fosse diminuída

No ano seguinte, no entanto, a política salarial do governo para com seus servidores, incluindo professores e o corpo técnico-administrativo das IESs, continuou a mesma. Em dezembro de 82, o porta-voz da Presidência, Sr. Carlos Átila, anunciou que o reajuste dos servidores públicos seria pago em duas parcelas (40% em janeiro e 30% em junho), tendo em vista que a previsão da inflação para 1983 era 70%. Este mês a Fundação Getúlio Vargas anunciou que a inflação nos últimos 12 meses já atingiu 170%, e que o INPC expurgado no período chegou a 147%. A perda salarial é evidente.

Para 1984 a previsão governamental é de uma inflação igual a 55%, segundo a carta de intenções firmada junto ao FMI. O que nos espera Sra. Ministra? O salário que foi desvalorizado pela inflação real do ano vencido será mais uma vez reajustado com base na inflação hipotética do ano vindouro? Por quê o governo não usa o INPC do ano vencido para o reajuste dos servidores, como seria justo, já que se trata de recompor o valor real desvalorizado pela inflação?

O que se nos apresenta é sombrio. O orçamento federal para 1984 é 136% maior do que o deste ano, o que está abaixo da inflação que ocorreu. Os gastos com o pessoal, que eram previstos em 2,4 trilhões de cruzeiros em 1983 estão previstos em 4.824 trilhões para 1984, o que significa um aumento de apenas 106%. A reserva de contingência, que entre outras destinações inclue a de cobrir os reajustes do pessoal, passou de 1,2 trilhões para 2,9 trilhões de cruzeiros de 1983 para 1984. Se esta for a proporção entre os recursos adicionais para o reajuste de 1984 e os de 1983, então o percentual do reajuste será de 86% ao todo, obtido levando em conta que o percentual do ano passado foi de 64,5% na média do ano inteiro, atingindo 82% após a segunda parcela.

Sra. Ministra, nenhum destes percentuais hipotéticos é suficiente para cobrir o aumento do custo de vida que deverá chegar a 200%, o aumento da prestação do BNH e dos aluguéis. Se V.Exa. deseja evitar uma crise sem precedentes nas universidades, urge levar firme e seriamente à área econômica do governo este problema, buscando uma solução imediata.

Alertamos V.Exa. que buscaremos apoio no Congresso contra o futuro Decreto-Lei de reajuste do funcionalismo, como ocorreu com o 2024, 2036, 2045, caso se pretenda cortar gastos públicos para atender ao FMI, em prejuízo dos servidores e da população que necessita de saúde, educação e dos demais serviços públicos.

Aguardamos uma resposta a esta angustiante questão e solicitamos uma audiência dentro do menor prazo possível.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais cordiais

Saudações Universitárias"

**A) Prof. Luiz Pinguelli Rosa (Presidente)**
**Prof. Raul Guenther (1º Secretário)**

"Aos Exmos. Senhores Parlamentares:

Neste momento em que o Congresso Nacional conquista um papel fundamental nas questões cruciais que afetam os assalariados, derrotando os decretos-lei 2024, 2036, 2045, e agora lutando contra as distorções que permaneceram no 2064, vimos **solicitar a inclusão neste debate parlamentar de questão até agora esquecida dos servidores públicos federais.**

Os servidores públicos constituem um dos grandes setores de assalariados, ao lado dos trabalhadores das empresas privadas da cidade e do campo, e daqueles das estatais, todos estes objeto dos decretos-lei acima. Entretanto os servidores federais estão esquecidos e serão objeto de um decreto-lei, que será emitido em dezembro após o recesso do Congresso, certamente pior ainda do que os atuais que encontram combativa resistência dos parlamentares.

Esta categoria que congrega mais de meio milhão de funcionários incluindo contínuos, escriturários, técnicos, professores, médicos, advogados, engenheiros, etc., tem sido uma das mais atingidas pela política salarial ora sob o crivo do Congresso. Não tem reajuste semestral e muitos nem sequer o 13º salário, tem recebido há muitos anos reajustes sempre abaixo da inflação e com atraso cada vez maior da segunda parcela. As duas parcelas antes pagas em janeiro e março, passaram para janeiro e abril, janeiro e maio, janeiro e junho, **o que representa quase um desconto semestral,** ao invés do reajuste semestral dos demais trabalhadores.

A ANDES representa cerca de trinta e cinco mil professores das Universidades Federais Autárquicas, que são servidores públicos. Por isto, traz a reivindicação deliberada no Segundo Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais em setembro no Rio de Janeiro: 34% de complementação salarial em novembro e 160% de reajuste em janeiro, como reposição de perda sofrida no valor real dos salários, pedindo-se, no próximo ano, o reajuste semestral.

Pedimos aos Senhores Parlamentares que devendam a causa dos servidores, ressaltando que a negociação em torno da política salarial deve incluir esta importante categoria, para que não se cometa mais uma flagrante injustiça contra ela."

A) Luiz Pinguelli Rosa (Presidente)
Raul Guenther (1º Secretário)

*Em reunião com o Reitor José Henrique Santos, no último dia 21 de novembro, a Apubh recebeu a tabela abaixo, a qual demonstra a precária situação financeira em que se encontra o servidor técnico-administrativo da UFMG.*

*UFMG – Pró-Reitoria de Administração*

*QUADRO I*

*DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES TÉCNICO–ADMINISTRATIVOS POR FAIXA SALARIAL*
*Maio de 1983*

| FAIXA SALARIAL | No DE SERVIDORES | FREQUÊNCIA ( % ) | |
|---|---|---|---|
| | | RELATIVA | CUMULATIVA |
| Até 1 salário mínimo (SM) | 527 | 12,2 | 12,2 |
| De 1 a 2 SM | 2.119 | 49,2 | 61,4 |
| De 2 a 3 SM | 1.160 | 26,9 | 88,3 |
| De 3 a 5 SM | 298 | 6,9 | 95,2 |
| De 5 a 8 SM | 144 | 3,3 | 98,6 |
| Mais de 8 SM | 62 | 1,4 | 100,0 |
| TOTAL | 4.310 | 100,0 | – |

*A tabela abaixo, enviada à Apubh pela ADUFRJ, em 14 de novembro, ilustra o aviltamento salarial sofrido pelos professores das Universidades Federais Autárquicas de março de 1979 a dezembro de 1983.*

*Evolução dos Salários dos Professores das Universidades Federais Autárquicas – Março 79/Dez/83*

| Meses | Taxa de Reajuste | Índice de Salário Nominal | Índice do INPC | Índice do Salário Real |
|---|---|---|---|---|
| Mar 79 | 40% | 100 | 100 | 100 |
| Jan 80 | 25% | 125 | 159,9 | 78,2 |
| Mar 80 | 25% | 156,3 | 174,4 | 89,6 |
| Jan 81 | 106,3% ( *) | 322,3 | 312,1 | 103,3 |
| Jan 82 | 82% | 586,7 | 602,8 | 97,3 |
| Maio 82 | 40% | 821,3 | 757,2 | 108,5 |
| Jan 83 | 40% | 1.149,9 | 1.229,4 | 93,5 |
| Jun 83 | 30% | 1.494,8 | 1.750,8 | 85,4 |
| Set 83 | – | 1.494,8 | 2.386,0 | 62,6 |
| Dez 83 | – | 1.494,8 | 3.175,8 ( **) | 47,1 |

*Obs.: ( *) A Taxa de reajuste de janeiro de 1981 foi calculada pela média das taxas obtidas pelas diversas categorias de docentes em função da aprovação da nova carreira do magistério.*

*( **) Supos-se uma taxa média mensal de 10% para o INPC durante o último trimestre de 1983.*

(HAPPY DAYS) – FIGUEIREDO AFIRMA NA NIGÉRIA QUE SEU CANDIDATO À PRESIDÊNCIA É JESUS CRISTO –



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE